

HÁ DIALETOS NO BRASIL? — OS POSSÍVEIS FATORES DA UNIDADE DA AMÉRICA PORTUGUESA?

AMORA MACIEL

Somente através do raciocínio, que prova a verdade de um conhecimento pela análise de um outro, é que se deduzem as conclusões que particularizam a essência dos atos e das coisas.

Nem todos os fenômenos da Sociologia encontram explicação dentro de uma medida fixada *a priori*.

Mas nem por isso poderemos negar, reproduzindo opiniões, que a *LINGUAGEM*, sendo, como é, *A MANIFESTAÇÃO EXTERIOR DO PENSAMENTO CONSCIENTE*, não seja um *DOM MATERIAL*, com um organismo governado por *LEIS INDEPENDENTES DA VONTADE HUMANA*.

Daí não ser uma heresia o afirmar-se que os idiomas, com o seu vocabulário e a sua sintaxe, favorecendo os meios que levam os homens à comunicação das suas idéias e sentimentos, fazem parte, também, da chamada *FÍSICA SOCIAL*.

Para que conscientemente se nos revelam os documentos que são, no caso, a passagem condutora da planura ao píncaro, patenteando as condições sociais, recorreremos à “psicologia histórica”, que é um dos métodos para a segurança das afirmações.

E as *LÍNGUAS*, é sabido, pertencem ao domínio dos *FATOS SOCIAIS*, porque frutos da solidariedade que anima as relações de uns com outros indivíduos.

E assim como os frutos de uma árvore, sacudidos pela ventania, caem a uma pequena ou grande distância, originando-se das sementes, novos rebentos, de maiores ou menores proporções, segundo a estrutura do terreno, assim também as *LÍNGUAS*, como as instituições e usos, conduzidos a campos opostos pelo Homem nas

suas constantes derrotas pela Terra, se insinuam no novo “habitat” ou morrem como o solitário, cumprindo o seu fado.

Se é certo, como ensina Oliveira Martins, que o desenvolvimento da “civilização anglicana”, absorvendo os pequenos núcleos “aborígenes” na Escócia e zona de Gales, fez descer o linguajar primitivo à categoria de um DIALETO, é bem verdade que os povos que falam a mesma língua, dividindo-se em nações de igual poder, constroem à sua vez esses DIALETOS que, adiante, expurgados os vícios originários ou não, vêm a constituir verdadeiros IDIOMAS!

Assim o italiano, o espanhol, o francês e o português em relação ao latim.

A causa científica desse ambiente de reconstrução idiomática vamos buscar nesse expansionismo, fruto de necessidades econômicas a princípio e, em concomitância, em função bélica dos diferentes povos.

Assim é que se nos apresenta a fisionomia histórica da Humanidade em marcha...

Como bem acentua Ingenieros, nas sociedades bárbaras a luta pela vida depende do desequilíbrio entre as partes; estas, porém, vão se equilibrando na luta pelo bem-estar comum.

E, de acordo com o que o mesmo conceitua, se o DESEQUILÍBRIO SOCIAL engendra a VIOLÊNCIA, foi esse sentimento de animadversão que iniciou o PRIMEIRO HOMEM NA PRIMEIRA CONQUISTA.

Daí as INVASÕES PRIMITIVAS, como se o regaço da pátria fosse pequeno demais para ser possuído pelos INCOLAS PRIMEIROS.

Foi assim que o gládio dos conquistadores defendeu a gleba e os Bárbaros implantaram o seu domínio no Velho Continente, espalhando a sementeira da raça que conduzia a Humanidade de ontem.

E, com a “força nova” da socibilidade, veio-nos, dentre o complexo dos fenômenos coletivos — a LINGUAGEM, consoante a afirmativa indiscutível de um cientista patricio.

Dessa heterogeneidade de povos surgiram, portanto, as LINGUAS e DIALETOS falados no Velho-Mundo, pouso multiseccular de uma tendência que possui, ainda hoje, muito de primado da Civilização.

Quando porém, um sopro de ressurgimento invadiu o quadrante europeu nos fins da Idade-Média, é que teve início a “SEGUNDA

ERA DE NAVEGAÇÃO” com a aventura dos **DESCOBRIMENTOS** (América em 1492 e Brasil em 1500). E a América surgiu de um mundo desconhecido, como a cabocla virgem que se prepara para as núpcias gloriosas.

Séculos já se haviam passado do fim do tormento das Invasões Bárbaras e o estandarte da Paz se fincara em cada dobra de montanha, num aceno de trabalho ordenado e progressista.

E O BRASIL ACORDOU, TAMBÉM, PARA A CIVILIZAÇÃO.

Fosse ele, porém, como o resto do Sontinente, conhecido dos povos da “outra banda”, nas eras de plena expansão guerreira, e múltiplos dialetos sobrenadariam a torrente linguística, neste momento, como destroços de nau que sossobrou.

Tal porém, não aconteceu.

Pequenas modificações quanto à Prosódia, à Significação e usos de expressões regionais, decorrentes de acidentes múltiplos, sejam os de lugar, clima e enxertos de vocábulos indígenas, a que jamais nós nos poderemos furtar, vêm trabalhando, entre nós a língua do *futuro*.

Por enquanto, porém, o Dialeto, na sua verdadeira acepção, não existe, mas, às subordinações de imperativo etnográficos, a tendência será para a fragmentação da língua, diante das conquistas do cosmopolitismo nascente. E, então, teremos a decifração da Esfinge.

Como e por que?

As classes cultas vão sentindo que na “era da comunicação” com o rádio e a televisão, a anti-cultura da classe pobre e da não alfabetizada é contaminada pelo primarismo intelectual de locutores de rádio e televisão, na quase unanimidade.

Mal se iniciaram nas primeiras letras, não conhecem a Gramática nos justos termos, sem a gramatiquice pedante dos que não praticam o *MEIO-TERMO PITAGÓRICO*, enxertam — via oral ou escrita expressões que não são mais do que a deformação de vocábulos já consagrados pelos dicionários. Tudo fruto da meia-alfabetização de quem se elegeu colunista social na imprensa, comentarista de futebol e de “jornais falados”. Porque nem ao menos se procura mais saber que uma oração de compõe do sujeito, predicado e objeto. Daí o disparate de expressões sem sentido (Verter, isto é, fazer a “versão” de um texto de uma para outra língua, é mudado (!) para **VERSAR** — fazer versos!).

Eis por que os órgãos oficiais de Educação já começam a exigir que o conhecimento da Língua portuguesa seja “preferencial”, com a reprovação em massa daqueles que, embora sabendo na “ponta da língua” um ponto de Biologia, Matemática, Direito e Medicina, escrevem a língua como a moça de primeiras letras nas mensagens para os namorados. “FOI EU”, “DAQUI HÁ UMA HORA” (quando substitui a preposição, indevidamente, pelo verbo, é como se lê e ouve a acadêmicos, cursistas de Universidades. Escreve-se “convir” no lugar de “convier”, etc. Confunde-se o infinitivo com o “futuro” do subjuntivo).

A continuar assim, dentro de alguns anos ter-se-á, entre nós, o *FALSO DIALETO*. Porque o estudante da cidade, como o homem inculto do sertão, quando fala não procura a palavra exata para externar o pensamento. Como pensa profere palavras “novas”, sem significação. Daí a “gíria” tomando conta dos diálogos no tablado dos teatros, na rua e até nas escolas oficiais!

Assim, não é o homem culto que cria o Dialeto, mas o analfabeto e o semi-letrado que se arvoram em jornalistas e formadores da opinião pública.

A própria pronúncia de um vocábulo pelo “homem do Norte” ou “do Sul” do Brasil são mais frutos do próprio clima, etc., pois até os pássaros, nos sons que emitem, se diferenciam em canto.

Está aí a decifração da Esfinge.

Acontecerá o que subsiste na Escócia e no País de Gales, onde o fundo natural étnico se viciou até o ponto de descer a sua língua à categoria de um Dialeto, ou no Brasil, como na Gália depois de latinizada e fugindo à influência teutônica, não deixará se transformar a língua, pela influência dos alienígenas ou da falsa cultura?

Destarte, o Dialeto nasce com o linguajar da “baixa classe” popular ou pelo alienígena que, morando em terras onde se fala “outra língua”, mal aprendido, usa de expressão deformadora de verdadeiro vernáculo.

Com o cosmopolitismo, aos influxos de fatores complexos advirá a dialetologia e, com ela, o possível desmembramento de associações políticas. As obras que perduram não se constroem ao ritmo do *imediatismo*, mas levam séculos para se argamassarem no concreto dos solidários da mesma causa.

Guerra, portanto, à Gíria que deforma a linguagem da comunicação, na maioria das vezes nascida da sub-cultura, dado que a linguagem, como vimos, é a manifestação exterior do pensamento consciente.

Nos auditórios de estações de rádio e televisões formam-se grupos de “fãs” de artistas, chamadas “macacas de auditório”, que falam a linguagem que ninguém compreende, pois repetem o que os hístriões pronunciam.

Já ouvi alguns pais comentarem que não há mais um meio de dialogarem com os filhos, pois eles falam “outra língua”.

É o reinado da Gíria. Daqui a pouco (certos colunistas escreveriam erradamente “há pouco”, confundindo a preposição “a” com o verbo “haver”), eles defenderão a criação de uma cadeira nas escolas oficiais, consagrada à propaganda da gíria, como nova “língua”.

São as “novas invasões” dos Bárbaros, como na Escócia e País de Gales, fazendo a língua nossa descer à categoria de um Dialeto.

No período do *QUATROCENTISMO*, com Fernão Lopes, e *QUINHENTISMO*, com Gil Vicente, a língua tomou novos rumos, dado que o português dessas épocas passava por grandes mutações, parecendo mais um dialeto, a princípio difícil de ser compreendido hoje em dia.

Nas fronteiras do Brasil, o espanhol, o tupi e o guarani mesclam o linguajar do povo com termos onde se misturam traços dos diferentes idiomas e dialetos.

Em *Grande Sertão — Veredas*, de Guimarães Rosa, nos nossos dias, se encontram palavras desconhecidas com a ressurreição do português não mais falado e algumas criadas pelo autor e outras trazendo a deformação do linguajar popular, também desconhecida da gente simples do Brasil interiorano.

E Mário de Andrade também, em *Macunaíma*?

Isso tudo, com o auxílio da Gíria crescente, não fará a língua portuguesa descer às aparências de um Dialeto, pela proliferação da *SUB-CULTURA* daqui a alguns séculos, com a invasão de “novos bárbaros” em um “nova País de Gales” nas Américas?

É certo, devemos ter em mente as palavras de Júlia Coleman, pronunciadas pelo Presidente Jimmy Carter, quando da sua posse na Presidência dos Estados Unidos da América, e as invocou, como homenagem à sua professora, que “devemos nos ajustar à mudança dos tempos e ainda nos mantermos *FIÉIS AOS PRINCÍPIOS IMUTÁVEIS*”.

A Semântica, revela-nos Fritz Mathner, apresenta-nos *TRANSFORMAÇÕES* no significado das palavras, pois se os gregos chamavam “lampas”, com a idéia de iluminação, o vocábulo não deixava de permanecer imóvel, para significar “lâmpada”. Mas, “as pala-

bras que sofreram metáforas mais ousadas” de maneira que há uma “distância entre o sentir da caminhada e o sentimento do caminho andado”. Assim, “calamidade”, primitivamente era um termo de agricultura, diz o mestre — câlamo é o caniço, a cana ou o talo de trigo. Mas o granizo quebrava esses talos nos trigais. Era a “calamidade” para o lavrador, a destruição da sua lavoura. E a praga passou ao sentido comum (v. João Ribeiro em *Curiosidades Verbais*, 1927 — págs. 22/24).

“Estro”, lê-se na mesma fonte, era um inseto daninho, que picava os cavalos e lhes trazia o desespero. E “descambou” para dizer do arrebatamento e entusiasmo da inspiração dos poetas!

“Idiota”, entre os gregos, era o homem particular, por oposição ao que tinha um ofício ou emprego. Fixou-se, com os tempos, no significado de gente não letrada, analfabeta!

Hoje a palavra “idiota” significa, em Psiquiatria, o portador de debilidade mental!

Camões, que o esplendor do imperialismo do Quinhentismo fez surgir produzindo espíritos e obras imortais incomuns, segundo o grande mestre Antônio Soares Amora, da Universidade de São Paulo, teve a sua obra completada pela conquista lenta do Seiscentismo, como língua literária. Daí por que, conclui o mestre, o Seiscentismo com seu sentimento de uma “modernidade clássica”, acabou por realizar uma literatura francamente aberta a novos temas.

Os “pedestres aristarcos” de que nos fala Mário Barreto trataram o construtor do *Lusíadas* como um propagador de *erros, dispautes e asneiras*. Mas, apesar “dos barbarismos e incorreções”, conceitua, legou-nos a “grandiosa epopéia”, que são OS LUSÍADAS. Se a língua não fora disciplinada, ainda pela ciência da linguagem. E apesar dos pezares, como Dante na Itália e Vitor Hugo na França, Coimbra criou, em Portugal, a Cadeira de Estudos Camonianos. Esquecem-se eles de que os *LUSÍADAS* são o grande pedestal onde se situou verdadeiramente a afirmação da língua portuguesa, que subiu do “quase dialeto” à categoria de um Idioma.

E surgiram os *CLASSICOS*, quando se disciplinou a linguagem falada e escrita, com a *GRAMÁTICA* feita ciência.

Clóvis Monteiro, grande filólogo cearense, com projeção internacional, escreveu que José de Alencar, conhecedor dos segredos do nosso idioma, como poucos escritores do seu tempo, timbrou em infringir os preceitos gramaticais, observados pelos lusos, desde que não se harmonizassem com as tendências naturais do falar brasileiro.

E concluía o mestre: Recomeça, mais viva ainda, com o modernismo, a reação contra a influência da língua literária de Portugal na língua literária do Brasil.

Solidônio Leite observava que se fazem até alegações contra a leitura dos *clássicos*, “que erraram muitas vezes”.

Entre nós, ao longo das fronteiras com a América Espanhola, a linguagem é mesclada com o falar dos indígenas, o espanhol e o português.

Isso faz-nos meditar na existência de sub-dialetos, originados pela não alfabetização, pois é sabido que o linguajar desceu a essa categoria diante da falta de cultura popular.

Pelos próprios portugueses e, ao que parece, até por muitos negros, tornou-se *LAÇO DE UNIÃO ENTRE OS VARIOS POVOS* que formaram o *BRASIL*, e, destarte, *CONTRIBUIU* para fortalecer na *AMÉRICA PORTUGUESA*, aquela *UNIDADE POLÍTICA* que faltou à América Espanhola.

De sua antiga preponderância são vestígios os nomes geográficos que semeiam o território nacional e os milhares de palavras incorporadas ao Léxico Brasileiro.

O Padre A. Lemos Barbosa na sua monumental obra *Curso de Tupi Antigo* nos diz que no campo da fonologia, entre as diferentes tribos, havia ligeiros matizes regionais diferenciando o tupi dos demais.

Mas o dialeto falado por uns e outros era quase o mesmo das costas do Maranhão a São Vicente, em São Paulo.

O Padre Antônio Vieira, que estendeu a sua catequese pela Bahia, Maranhão e até o Amazonas, vivendo o missionário da religião de Cristo, não esquecendo Anchieta e Nóbrega, foi com a evangelização do índio o propulsor da unidade política do Brasil, que não se fragmentou como a América espanhola, dividida em dezenas de associações políticas formadoras de países soberanos, embora falando a mesma língua — o castelhano.

Batista Pereira na sua obra *A FORMAÇÃO ESPIRITUAL DO BRASIL* nos diz que o índio era o protetor do bandeirante e que Nóbrega e outros jesuítas foram, com a religião católica, os criadores do Brasil.

O fator preponderante, portanto, da unidade nacional brasileira foram os jesuítas, combatendo espanhóis, holandeses e franceses para, ao lado dos portugueses, irmanados pela religião, legarem-nos o Brasil de hoje, grande na sua extensão territorial e con-

fiante na tenacidade da sua gente, bandeirante das novas cruzadas pelo mundo, não à cata de ouro, mas das afirmações dos direitos humanos pela paz e progresso universais!

Complementam tais asserções as considerações do erudito Padre A. Lemos Barbosa: Língua vulgar prevalente nos primeiros tempos na Colônia, falada na *CATEQUESE* e nas *BANDEIRAS*, instrumento das conquistas espirituais e territoriais da nossa história, a língua tupi faz parte da cultura nacional, adotada que foi como língua “geral” ou “comum” por índios e outros grupos étnicos e linguísticos.

* *
*

Com o Tratado de Tordesilhas, assinado entre a Espanha e Portugal a 7 de junho de 1494, diante dos receios da Coroa Espanhola, em face do descobrimento da América (a 12 de outubro de 1492) de que as Cortes de Lisboa se apoderassem dos domínios conquistados para Castela, consignou-se, nesse Tratado, que uma “linha simbólica”, traçada de um polo ao outro, 370 léguas além das Ilhas do Cabo Verde, na direção do oeste, dividiria os domínios dos 2 Reinos: até esse “limite” era a Portugal que competiria a colonização e, além desse “limite” de 370 léguas, até os Andes, caberia à Castela a plena posse. Tal Tratado realizado com a chancela do soberano de D. João II., em Lisboa, foi confirmado pela Bula do Papa Júlio II, de 24 de janeiro de 1506, quando Pedro Alvares Cabral, da Marinha Portuguesa, havia descoberto esta Terra de Santa Cruz, hoje chamada BRASIL. Com a morte do Cardeal D. Henrique em Lisboa, sendo muitos os pretendentes ao trono de Portugal, o rei Felipe II da Espanha, neto de Dom Manuel, o Venturoso, se julgou o legítimo herdeiro e invadiu, com seus exércitos, as terras da Lusitânia e se coroou, também, Rei de Portugal, cuja aclamação se realizou a 20 de abril de 1581.

Portanto, de 1580 a 1640 esteve Portugal sob o domínio de Castela, sujeição essa que terminou com a subida ao trono português do Duque de Bragança, com o título, de D. João IV.

O tratado de MADRI, assinado em 1750, revogou o de Tordesilhas, consignando-se, então, que a Portugal pertenceriam as terras além do “limite” das 370 léguas, já citado, pelo princípio reconhecido da *UTI POSSIDETIS*, dado que os “bandeirantes” já incursionavam por essas terras em busca do ouro, princípio esse universal e que estabelece o direito de um país a um território e fundado na ocupação efetiva e prolongada, independentemente de outro qualquer título.

A 13 de junho de 1750 o diplomata Alexandre de Gusmão, nascido em Santos (São Paulo), foi nomeado Ministro de Estado para os Negócios Ultramarinos, em cuja gestão o diplomata, sempre apegado ao amor pelo Brasil, conseguiu a criação dos Bispados de Minas Gerais, São Paulo e Pará para, com a penetração da religião, interligar mais ainda as diferentes unidades territoriais que a sabedoria colonizadora de Portugal imprimou, criando Capitánias. Concomitantemente entregou-se à tarefa de lavrar-se o Tratado de Madri, revogando o de Tordesilhas, motivo por que ao Brasil caberia a manutenção da extensão territorial de hoje, sem a fragmentação realizada na América Espanhola, com os 8 países soberanos atuais. A unidade política da América Portuguesa se deve, portanto, aos missionários jesuítas e à clarividência de um estadista do porte de Alexandre de Gusmão, tão esquecido dos pósteros!

Como bem acentua Batista Pereira, quanto ao período da dominação de Portugal pela Espanha (1580 — 1640), esta reservou para Lisboa a autonomia administrativa, pois somente se contentava com a orientação geral da política e informar-se das nossas riquezas minerais, porquanto as remessas da exploração de Potosi já começavam a escassear.

Concluindo, resta-nos transcrever conceitos do sabio João Capistrano de Abreu, insertos em sua obra *Descobrimento do Brasil*: O povoamento do Brasil começou de modo seguido em 1534 quando o território foi repartido em 15 pedaços e doados a 12 donatários, segundo plano de D. João II, tendo os capitães-mores poderes quase ilimitados e grande extensão das capitánias.

Darcy Ribeiro, grande antropólogo, em *Línguas e Culturas Indígenas do Brasil*, nos diz que nenhuma tribo ultrapassava de 5 mil indivíduos e a grande maioria conta menos de 2 centenas — e, por sua diversidade cultural — que se reflete na existência de 35 línguas independentes, divididas em mais de uma centena de dialetos ininteligíveis uns aos outros — nem se abrem possibilidades de auto desenvolvimento cultural pelo domínio da tecnologia moderna que lhes permita uma existência de forma independente.

Concluindo, estamos com Batista Pereira, quando esclareceu que o Brasil não é um produto do Acaso e sim um filho da Inteligência, com a palavra dos jesuítas, que fizeram os “brasis” crerem em DEUS. “OS SEUS SERMÕES FORAM O BREVIÁRIO DOS HERÓIS”.

“Se a multidão das árvores impede de ver a floresta”, a História do Brasil nos deixa ver que ela foi escrita com a CRUZ DE CRISTO.